

# ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR: UM MARCO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

MILITARY POLICE ACADEMY: A HISTORICAL LANDMARK OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIAS

ALVES, Thiago Silva<sup>1</sup>  
VILARINHO, Tatiane Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como tema principal a evolução da Academia da Polícia Militar de Goiás, aprofundando em conhecer como ocorreu a sua formação histórica, política e social. Da mesma forma, compreender como se deu o processo de institucionalização do curso de formação instrução e aperfeiçoamento dos policiais militares, observando as gradativas mudanças pedagógicas ocorridas durante os anos. A proposta foi realizar um estudo bibliográfico e eletrônico para compreender como transcorreram esses processos e modificações iniciados ainda no século XIX.

**Palavras-chave:** Academia da Polícia Militar; história; Goiânia.

**Abstract:** This article has as main theme the evolution of the Military Police Academy of Goiás, deepening in knowing how its historical, political and social formation occurred. In the same way, to understand how the process of institutionalization of the training course was given instruction and improvement of the military police, observing the gradual pedagogical changes that occurred during the years. The proposal was to carry out a bibliographic and electronic study to understand how these processes and modifications started in the XIX century.

**Keywords:** Military Police Academy; history; Goiania.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Pós-graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, [thiago.sila@gmail.com](mailto:thiago.sila@gmail.com); Goiânia – GO, Maio de 2018.

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora professora do Programa de Pós-graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM, [tftteen@gmail.com](mailto:tftteen@gmail.com); Goiânia – GO, Maio de 2018.

## 1 INTRODUÇÃO

Instituída desde o século XIX, a Polícia Militar do Estado de Goiás modificou-se histórico, política e socialmente no decorrer dos anos. Tais modificações abarcavam todo o território estatal devido os embates decorrentes da mudança da capital do Estado para Goiânia. Em consonância a isso, essas transformações instigaram à Polícia Militar buscar qualificação profissional, e, portanto, a inserção de cursos de formação para a tropa.

Foi pensando em resgatar a evolução histórica da Academia da Polícia Militar de Goiás que surgiu a proposta do presente trabalho. Diante disso, o trabalho apresentado pretende colaborar com a história do órgão supracitado, no sentido de esclarecer a construção do conhecimento, assim como, os caminhos percorridos para a constituição atual da Academia da Polícia Militar. Esse estudo, por conseguinte, servirá para contribuir com pesquisas posteriores sobre temas similares que abordem acerca da evolução histórica da Academia de Polícia Militar de Goiás.

A partir disso tem-se um problema a investigar: “De que maneira ocorreu o processo de construção da formação da Academia de Polícia Militar”?

Como objetivos específicos, para ajudar na contribuição da pesquisa, foram elencados: verificar como ocorreu o processo de institucionalização da Polícia Militar; analisar a evolução pedagógica da Academia da Polícia Militar e explicar a formação histórica da cidade de Goiânia, bem como, da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Para investigar e analisar a realidade que se pretende entender, a partir dos objetivos propostos e mediante a problemática levantada já aludida utilizou-se, como técnica de pesquisa, a análise bibliográfica e eletrônica. Esta análise é feita em documentos, denominados como fontes secundárias, isto é, fontes que constituem conhecimentos, dados e informações que já são organizados e reunidos.

Assim, o trabalho aqui intitulado “Academia da Polícia Militar: Um marco histórico da Polícia Militar do Estado de Goiás” descreve a construção da atual capital, da mesma maneira que a constituição da Polícia Militar e a Academia. Para isso utilizou-se o seguinte percurso: no primeiro momento os antecedentes históricos da estruturação de Goiânia e do setor Leste Universitário. Em seguida, abordou-se a história da Polícia Militar do Estado de Goiás e a instalação do 1º Batalhão. Por fim, abordou-se a educação na Polícia Militar de Goiás, iniciando na Escola Regimental e suas influências acadêmicas para a formação da Academia de Polícia Militar.

## 2 GOIÂNIA E SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA

Goiânia é uma cidade que foi planejada para uma média de 50 mil habitantes. Atualmente conta com uma população estimada de 1.430.697 habitantes em uma área de 729.018 km<sup>2</sup> (IBGE, 2015).

Diante disso, com o crescimento desenfreado, ocorrido a partir da década de 1950, devido ao intenso processo de êxodo rural, Goiânia, segundo Oliveira (2004), teve seu espaço (re)produzido. O autor aborda que o espaço urbano de Goiânia se deu a partir de três fases. A primeira definida pelo fim do Estado Novo e a construção da cidade. Neste momento o Estado detinha a propriedade da terra.

A segunda fase de acordo com Oliveira (2004) identifica-se pelo parcelamento do solo e sua divisão dos grupos sociais de baixa renda utilizando os loteamentos mais distantes do centro da cidade. A terceira fase, por sua vez, iniciada na década de 1970, ocorreu com o aumento de loteamentos em Goiânia com o intuito de segregação do espaço.

Isto reforçou o contingente populacional de Goiânia, pois muitos trabalhadores rurais em processo de retirada procuraram, dentro de um quadro limitado de escolhas, o centro urbano mais dinâmico do Centro-Oeste para construir uma alternativa de sobrevivência. Uma vez que na capital goiana a atividade de parcelamento encontrava-se agora dominada pela lógica do capital financeiro, a utilização do solo passou a se dar de forma verticalizada, com a construção de condomínios, e pela comercialização da casa pronta, via conjuntos habitacionais, ambos garantidos pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) (OLIVEIRA, 2004, p.13).

Para compreender melhor o processo em que se deu a formação da nova capital, far-se-á necessário uma explanação de seu contexto histórico. Diante disso, o autor Viera (2011) afirma que a fundação de uma nova capital - promovida pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1930 - em pleno sertão brasileiro significava uma loucura. Entretanto, a estratégia varguista era explorar esse novo território e inseri-lo ao sistema capitalista, rompendo o isolamento que Goiás vivia.

Primeiramente, houve a necessidade por parte do governo de contrair um empréstimo com a União, a fim de iniciar os projetos de construção da nova capital – Decreto N° 2851 de janeiro de 1933. Além disso, o Estado através de doações dos proprietários de terras, vendas e trocas adquiriu terras para que o “Big Bang” da nova capital ocorresse.

Desse modo, o governador Pedro Ludovico Teixeira assinou em 18 de maio de 1933, o Decreto N.º 3.359, que estabelecia as bases para a edificação da nova capital. Nele, prometia-se “uma capital moderna, planejada, coerente com os novos tempos do Goiás que se anunciava” (Chaul, 2009, p. 102). Como responsável pela elaboração do plano de Goiânia, Pedro Ludovico

convidou Attilio Corrêa Lima<sup>3</sup> iniciando-se o projeto em julho de 1933 por meio do Decreto 3.547.

Uma das primeiras ações apresentadas de Correa Lima foi alterar a localização da cidade, que inicialmente foi proposta para ser em Paineiras, no qual se utilizou de seus conhecimentos científicos acerca da ciência do urbanismo para se contrapor ao que estava estabelecido.

Segundo Vieira (2011) a praça central é o elemento mais importante na concepção urbanística de Attilio Corrêa Lima, e, portanto, o significado das principais vias traçadas no centro urbano de Goiânia (avenidas Goiás, Tocantins e Araguaia), se conectarem ao ponto principal.

Além disso, vale ressaltar a relevância incorporada à arborização e a preocupação com o abastecimento de água da cidade, pois, sua proposta visava uma delimitação rigorosa do perímetro urbano no intuito do Estado preservar a deterioração da bacia da região. Em consonância a isso Vieira (2011) retrata uma divisão em cinco grandes zonas. Quais sejam:

a praça central concentrando toda a estrutura administrativa do Estado e município; um setor comercial na confluência da Avenida Pedro Ludovico (futura Avenida Goiás, um dos três eixos principais que nascem da praça central) com a Avenida Anhanguera; a região norte da cidade, no outro extremo do eixo principal, próximo à estação de ferro, esta em posição de destaque fazendo um contraponto com o próprio palácio em um dos pólos visuais da principal perspectiva elaborada pelo arquiteto – notamos aqui a adoção de um princípio caro às cidades jardins<sup>2</sup> - seria dedicada às indústrias, os setores sul e oeste seriam eminentemente voltados para as residências suburbanas e as demais áreas identificadas como rurais (VIEIRA, 2011, p.58-59).

Neste contexto, das divisões, o setor Leste Universitário enquadra-se nas regiões voltadas para residência suburbanas, ou seja, a ocupação se deu por meio de operários e pessoas humildes que não possuíam condições de adquirir um lote na cidade planejada, iniciando o processo de segregação das classes.

Essas ocupações ocorreram em sua maioria de forma irregular e a contragosto do governo que, por meio de um policiamento ostensivo, tentava impedir o aponderamento irregular nas margens do Botafogo. Foi em meio a essa luta de disputa de terras, no ano de 1935, que ocorreu o surgimento dos setores Vila Nova e Bairro Botafogo, atualmente chamado de Setor Universitário.

---

<sup>3</sup> Attilio Corrêa Lima nasceu em Roma, em 08 de Abril de 1901. Seu pai foi professor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, mesma escola que Corrêa Lima se matriculou como “aluno livre” em sua adolescência. Em 1920, ingressou no curso de arquitetura, diplomando-se engenheiro-arquiteto em 1925. Foi um nome importante na história do desenvolvimento do modernismo brasileiro (VIEIRA, 2011, p.53).

## **A História da Polícia Militar do Estado de Goiás**

Inserido neste contexto capitalista que impulsionava o país, e, conseqüentemente, a tentativa de aumentar a produção econômica do Estado a partir da "Marcha para o Oeste", bem como, a mudança da capital para Goiânia, a polícia também se inseriu na nova fase política, econômica e social que Estado acompanhava.

Diante disso, no dia 1º de julho de 1935 através do Decreto nº 399, segundo Souza (1999), a Força Pública Militar passa a ser denominada Polícia Militar de Goiás iniciando o processo para transferir-se para a nova capital – Goiânia. Por conseguinte, em janeiro do ano seguinte sob o comando do Capitão Benedito de Albuquerque Melo e Cunha a 2ª Companhia desloca-se para a nova capital.

O primeiro Comandante Geral da Polícia Militar de Goiás foi o Major Arnaldo de Moraes Sarmiento.

O Ex-Sargento do Exército comissionado Capitão de Polícia, Arnaldo de Moraes Sarmiento foi efetivado no posto de Major através do Decreto nº 139, de 5 de junho de 1935. No dia 23 de dezembro do corrente ano segue para Goiânia a serviço do Governador Pedro Ludovico Teixeira, tendo assumido o Subcomando da Polícia Militar de Goiás no dia 2 de janeiro de 1936. Por designação da Casa Militar - no dia 28 de fevereiro de 1936 - assume interinamente o comando da Corporação (SOUZA, 1999, p. 76).

A instalação do 1º Batalhão ocorreu de modo provisório na Vila Militar localizado na Rua 63, Centro, sendo transferido para o novo prédio na Rua 67 (hoje chamada de Avenida Independência) permanecendo até 1954. Devido à disponibilização do prédio para a administração da Estrada de Ferro de Goiás, o 1º Batalhão instala-se no Abrigo dos Velhos, atualmente Palácio da Justiça, até 12 de março de 1958, acomodando-se definitivamente para a Rua 252, nº 21 no Setor Universitário.

No mesmo ano, por meio da Lei nº 2400, o 1º Batalhão passa a ser chamado de Batalhão Anhanguera, deixando sua denominação de 1º Batalhão da Infantaria nos marcos históricos da polícia Militar do Estado de Goiás.

## **A educação na Polícia Militar de Goiás: uma nova polícia surge**

A criação da força policial ocorrida em 28 de julho de 1858, por meio da resolução nº 13 acarretou na contratação dos chamados bate-paus<sup>4</sup>. Segundo Souza (1999), não possuíam fardamentos, tampouco armamentos, utilizavam apenas um cassetete feito de madeira, além disso, se destacavam na profissão pela força, coragem e destreza.

Entretanto, em 1874, findaram-se os serviços com os bate-paus, devido à nova regulamentação e reestruturação que a Força Policial necessitou para solucionar as questões internas da Província.

Com a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, o país assim como a polícia necessitou de modificações para se enquadrarem aos novos moldes impostos, foi o marco para o nascimento de uma nova polícia – a polícia ostensiva – cidadã com uma doutrina de policiamento comunitário. Diante disso, uma iniciativa por parte da corporação foi à criação da Escola Regimental, em 1924, pelo Major Oscar Alvéolos, com a finalidade de alfabetizar a tropa.

A Escola Regimental criada em 1924, destinada à alfabetização da tropa, ganhou um reforço de altíssimo nível na pessoa da professora Goiandira Ayres do Couto, que, atendendo ao apelo da Cruzada Nacional de Educação e ao espaço aberto pela Polícia Militar, implantou em 1936, como voluntária e sem ônus, na sede do Quartel da Polícia Militar de Goiaz, uma sala de aula, para alfabetização. Segundo a professora Goiandira o motivo que a levou a trabalhar na Corporação foi "o amor à profissão, à disciplina consciente dos policiais, à ordem e ao respeito existentes na caserna" (SOUZA, 1999, p. 70).

Por se tratar de uma pessoa com descendência influente na cidade, Goiandira não teve uma recepção bem sucedida. Apesar disso, insistentemente conseguiu dar continuidade ao trabalho de alfabetização até a transferência para Goiânia. Haja vista a importância do papel que desempenhou o local que foi ministrada as aulas hoje é denominado de Auditório Goiandira Ayres do Couto no 6º Batalhão da polícia Militar, na cidade de Goiás.

À vista disso, após a transição da Polícia Militar para o território goiano, proporcionou ao Batalhão Anhanguera, além de unidades e Companhias independentes, a primeira escola para formação de Praças da Polícia Militar, por meio do Departamento de Instrução (DIM) que fora idealizado pelo Capitão do Exército Langleberto Pinheiro Soares, tendo como “meta prioritária organizar, orientar e fiscalizar a instrução policial e militar, através da criação dos Cursos de Formação de Sargentos e Graduados, Escola de Recrutas, Curso de Formação de Oficiais, Sargentos e Cabos” (SOUZA, 1999, p. 93).

---

<sup>4</sup> Civis sem qualquer instrução, com disciplina precária, eles não possuíam qualquer garantia e só recebiam do governo uma pequena diária e ajuda de custo, para que não passassem muita fome durante as diligências (SOUZA, 1999, p.37).

Devido ao alto índice de analfabetismo, o primeiro curso teve como finalidade a formação de monitores para que pudessem, posteriormente, ministrar o ensino da instrução policial, bem como, a instrução militar da tropa. Este primeiro curso foi instruído pelo Major Cícero Bueno Brandão, com início em 18 de setembro de 1939 e término no dia 28 de fevereiro de 1940. Vale ressaltar que o curso foi estendido por todo o Estado, uma vez que o fator do analfabetismo afligia não somente a Força Pública, mas o Estado como um todo.

Diante disso, a convite do Tenente-Coronel Langleberto, o Major Cícero Bueno Brandão atuante da Força Pública de São Paulo dirige-se para Goiânia com a finalidade de exercer a função de primeiro diretor do Departamento de Instrução da Polícia Militar da Força Policial de Goiás, legitimado mediante o Decreto-Lei nº 3.356, de 29 de junho de 1940.

O Departamento de Instrução Militar foi oficializado através do Decreto-Lei nº 3.287, de 11 de junho de 1940, e tinha como finalidade em seu Art. 1º:

[...] organizar, orientar e fiscalizar a Instrução militar-policial dos vários Cursos e Escola, tendo em vista a Formação e aperfeiçoamento dos quadros de formação de soldados convenientemente instruídos e disciplinados para o desempenho cabal de suas funções (SOUZA, 1999, p. 98).

Seu funcionamento ocorreu durante a inauguração do Curso de Formação dos Soldados e do Curso de Emergência para Oficiais, com o escopo de atualizar os conhecimentos profissionais dos Oficiais concursados no período de um ano. Segundo Souza (1999), foram matriculados 15 Oficiais, entretanto, somente 12 foram diplomados no referido curso. Vale ressaltar que o Curso operava coadunado ao 1º Batalhão de Infantaria (BI).

Em 1941, com a debandada do Coronel Langleberto do Comando Geral da Corporação, houve um lapso de três anos (1942-1945) no DIM, ocasionado pelo regresso do Major Cícero Bueno a São Paulo que ocasionou o não funcionamento dos Cursos devido à deficiência de instrutores.

O intervalo sem exercícios dos Cursos findou-se em 1946, quando o Tenente-Coronel Francisco Ferraz de Lima assume o Comando juntamente com a Direção do Major Lindolpho Emiliano dos Passos, reapercebendo o Curso de Emergência para Oficiais com duração de um ano, diferentemente do Curso de Formação de Oficiais (CFO) com duração de três anos. O de Sargentos, por sua vez, com duração de um ano e o de Cabos e Soldados com período de seis meses.

A instabilidade dos cursos foi motivada pelas frequentes alterações que vinha sofrendo o 1º BI, sede do Departamento de Instrução Militar. Assim sendo, houve a necessidade de estabelecer uma sede provisória, neste caso transferindo-se para a Rua 115, no Setor Sul. Por

conta disso, a DIM dedicou-se exclusivamente à formação de Soldados acarretando na suspensão dos Cursos de Oficiais e Graduados até o ano de 1952.

A regularização dos Cursos de Formação de Oficiais ocorreu entre 1956 a 1965, no qual os Oficiais eram conduzidos para as Polícias Militares de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul, em virtude da precária estrutura administrativa. Ficando ao DIM as funções de formar e aperfeiçoar graduados, assim como, zelar pela formação de Soldados.

Um marco considerável na história da Polícia Militar do Estado de Goiás refere-se ao ano de 1966, ano este marcado pela alteração da denominação do DIM para o Departamento de Instrução (DI). Do mesmo modo a transferência da Unidade-Escola para o prédio sediado na Rua 252, no Setor Universitário, local onde era acolhido o Batalhão Anhanguera. Todas essas modificações viabilizaram consideravelmente melhorias nos Cursos de Formação de Oficiais com duração de três anos. Obtendo sua inauguração no ano de 1968 através do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, a nível de Estado-Maior, funcionando reiteradamente a partir de 1988.

Devido às intensas transformações vivenciadas o Departamento de Instrução (DI) teve sua nomenclatura alterada para Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), por meio do Decreto-Lei nº 145, de 11 de junho de 1971. Esse fato proporcionou uma expansão da Unidade Educacional da Polícia Militar do Estado de Goiás. Por conseguinte, o Conselho Federal de Educação, mediante o Parecer nº 93, de 09 de março de 1983, certifica o Curso de Formação de Oficiais como de 3º grau nivelando aos demais cursos do meio civil. Neste instante, um novo título é concedido para a Unidade-Escola que passar a ser Academia da Polícia Militar (APM) por intermédio do Decreto nº 2.593, de 15 de maio de 1985.

De acordo com Souza (1999), a partir da nova denominação, a APM tem como finalidade ministrar os Cursos de Formação de Oficiais e Sargentos, e os Cursos de Formação de Cabos e Soldados passaram a ser ofertados em outras Unidades, com destaque para o 1ºBPM.

Além dos cursos de formação oferecidos pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, em 1986, ocorre o primeiro Curso de Monitor de Educação Física direcionado para a especialização de Sargentos da Corporação. Logo em seguida, no ano de 1987, realiza-se o primeiro Curso de Técnica de Ensino, neste conta-se com a presença de 18 Oficiais da Corporação, sendo ampliado posteriormente aos Sargentos.

Foi no ano de 1988 que o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais retornou, no qual se abriram vagas para o Estado de Goiás e outros Estados, intentando na união e o cambio de

experiências. Neste ano também vigeu o Curso de Formação de Sargentos no Instituto Libertas, que ficava situado no Setor Aeroporto, submetido à APM.

No ano seguinte em 1989 a Polícia Militar de Goiás juntamente com a Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas estabeleceram um acordo com validade de 4 anos. O acordo estipulava a terminação do curso de Direito como pré-requisito para atesta-lo como Aspirante. Dois anos após esse acordo foi revogado por desinteresse dos alunos motivado pelos constantes traslados entre a Academia e a Faculdade Anhanguera.

Em 1990 foi originado um CFO especial que tinha extensão de dois anos, especificamente para alunos com diploma de Bacharel em Direito. Nesse CFO especial se aproveitavam da grade curricular algumas matérias da Faculdade, no qual se fazia uma reciclagem do ensino jurídico, aperfeiçoado com as disciplinas específicas.

Em razão de ter sido revogado o acordo com a Faculdade Anhanguera em 1991, as turmas de 1989 e 1990 conceituadas especiais, foram reformuladas, voltando às normas da APM. Por esse motivo um grande desinteresse por parte dos alunos, junto com uma retirada paulatina no curso. As duas turmas só formaram em 1992. De agora em diante, o CFO com período de três anos, retorna a ser aplicado dentro das normas anteriormente estabelecidas.

Com a reestruturação do Quadro de Organização e distribuição (QOD) da Polícia Militar de Goiás, no ano de 1990, através do Decreto nº 3.483, de 3 de julho, funda o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), visto como Unidade independente. Introduzido nas dependências da APM em 7 de fevereiro de 1991, por meio da portaria nº 077-PM/PM1, o CFAP por lá operou até maio de 1991. Vindo a partir de 1º de junho de 1991, por decisão do Comando Geral da Corporação, o CFAP transferiu-se para as instalações oferecidas pelo 1º BPM, retornando aos seus princípios.

A evolução acadêmica da APM avançava com o desenvolvimento de seus cursos e da especificação. No ano de 1992 se realizou o 1º Curso de Polícia Judiciária Militar, objetivando o aprestamento das Praças nas funções próprias de Polícia Judiciária Militar de administração disciplinar, com o intuito de dar mais rigor técnico-jurídico a estes métodos. Tendo o primeiro Curso de Especialização de Polícia Judiciária Militar, para Oficiais aplicados em 1996.

Uma marca histórica para a Educação na Polícia Militar de Goiás foi no ano de 1992, quando o CFAP que estava funcionando na sede do 1º BPM, recebeu do Governador Iris Rezende Machado uma área de 12 hectares localizada no município de Senador Canedo, onde operava a extinta Efomargo (Escola de Formação de Operadores de Maquinas Mecânicas do Estado de Goiás), para que conseguisse preparar, instruir, lapidar melhor e com qualidade as Praças, e com locais de instrução e instalações propicias para os afazeres de ensino.

O Comandante do CFAP Tenente-Coronel Eurípedes Barsanulfo Lima naquela época reestruturou e aperfeiçoou a área em Fevereiro de 1993, estabeleceu-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP).

Segundo Souza (2003) a APM tem procurado a cada ano que se passa melhorar no processo de ensino visto que uma das principais finalidades da academia é preparar os policiais para o desempenho eficaz de suas atividades, e foi observando as diretrizes do comando que se fez necessário modernizar o programa, remodelar a grade curricular para uma melhor resposta ao cenário vivenciado pela população como um todo.

Com o objetivo de unificar a execução e a coordenação do ensino na Academia de Polícia Militar de Goiás foi desfeita a subseção de Coordenação de Cursos com isso mudando as Seções de Ensino Fundamental (ensino civil) e Profissional (ensino militar) que organiza e controla o ensino aplicado. Cabendo a essas seções rever os currículos e planos de disciplinas dos cursos vigentes e acionar a Seção de Orientação Educacional e Pedagógica que por sua vez tem o objetivo delinear, arrumar e motivar as atividades de orientação da educação e pedagogia dos variados cursos ofertados pela Academia da Polícia Militar de Goiás.

Em consonância, Reis (2017) reitera mais uma conquista na história da Polícia Militar de Goiás a capacitação da Academia de Polícia Militar de Goiás como Escola de Pós-Graduação condecorada pelo Conselho de Educação do Estado. Agora em diante esta instituição passa a licenciar seus próprios cursos de formação, não sendo necessário mais revalidar através de outra faculdade, por agora ter em seu quadro de instrutores mestres e doutores na quantidade vital de assegurar essa faculdade.

Onde quem concluir o Curso de Formação de Praças sairá com a especialização em Polícia e Segurança Pública e os alunos do Curso de Oficiais receberão ao término o título de MBA em Gestão de Polícia Ostensiva.

Por fim hoje o efetivo de instrutores da Polícia Militar soma 129 especialistas, 17 mestres e cinco doutores, além de mestres e doutores de outras instituições como Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Superintendência de Administração Penitenciária (Seap) e da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) que também é de significativa importância para o desenvolvimento da área de segurança pública do Estado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O crescimento da PMGO acompanhou a expansão do Estado de Goiás tanto a nível econômico quanto populacional. Assim, surgiram diversas novas unidades em Goiânia e no interior do estado. Conforme a necessidade observada por cada governador, a expansão da PM ocorria. No início dos anos 2000, houve uma descentralização dos comandos policiais de Goiás. Vários órgãos dos estados foram extintos, transformados, unificados ou criados. Assim, surgiram os Comandos Regionais que permitiram aos policiais maior agilidade nas ações. Tal descentralização da PM permitiu ao coronel decidir e resolver concomitantemente todas questões de sua atuação, dando maior qualidade para a segurança goiana (PEREIRA, 2013).

Segundo Silva (2002), houve mínimas alterações na estrutura da PMGO ao longo da história. Já o nome, durante o processo de institucionalização, sofreu diversas modificações até o estabelecimento do nome atual: Polícia Militar de Goiás, com seus Comandos Regionais, Batalhões e Companhias Independentes.

O cidadão que deseja ingressar-se na PMGO deve possuir curso superior e passará por um curso após a aprovação no processo seletivo. O curso para prosseguir na carreira tem como objetivo a elevação cultural e profissional do futuro policial. Conforme afirma XXXX, a classe média brasileira é a principal fonte de civis que buscam a carreira na PM devido a motivações de cunho familiar (RORIZ & SILVA, 2013).

Com a necessidade de instruir os policiais sobre estratégias, técnicas e doutrinas que influenciaram positivamente o desempenho das suas atividades constitucionais, surgiu o ensino na academia da PM. Com a disponibilização de um ensino de qualidade, o policial militar desempenha melhor a sua função, garantindo uma melhor convivência entre os civis. Ainda, com a intenção de impedir que cada cidadão faça aquilo que o convém, a qualificação do PM garante maior liberdade universal, pois não permite que prevaleça a vontade dos mais ricos e poderosos sobre a maioria da população, a qual carece de recursos (CARDOSO & AMARAL, 2017).

Diferentemente do ensino militar que prepara as forças armadas para a guerra, o ensino policial militar oferece instrução para que o policial proteja os cidadãos daqueles que provocam desajustes sociais e desordem. Sendo assim, desde a criação e a institucionalização da PM, este órgão sofre evoluções pedagógicas.

As Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino (NPC's) e o Plano Geral de Ensino (PGE) são os dois documentos que regem o ensino na PM. Ambos planejam e conduzem o ensino na Instituição. Assim, normas são criadas e padronizadas para atingir toda a corporação

desde a formação básica. Em 1940, surgiu no Estado de Goiás o primeiro curso para instruir soldados. Era responsável, sob o comando das Forças Públicas de São Paulo, pela formação de soldados, cabos e sargentos. Pouco mais de uma década depois, somou-se ao ensino oficiais. Já em 1971, o curso transformou-se em Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA) e atraiu diversos alunos de outras regiões do Brasil (PEREIRA, 2013).

Por conseguinte, em 1985, surge a Academia de Polícia Militar de Goiás que tinha o propósito para formação, especialização e aperfeiçoamento de praças e oficiais. A base da instrução era a educação continuada (SOUZA, 2003). Durante o Regime Militar (1964-1985), os soldados brasileiros tiveram contato com alemães e franceses que difundiam a ideia que a sociedade militar era superior a civil.

Conforme as influências estrangeiras, o positivismo de Augusto Comte influenciou a pedagogia do Brasil, pregando a hierarquização científica. Ainda , devido à Guerra Fria, o ensino policial militar pregava o anticomunismo, inclusive em Goiás, e toda população deveria obedecer a “política do Exército”, uma vez que era necessário para a defesa do país. Entretanto, com a redemocratização em 1985, foi necessária uma nova re-estruturação na pedagogia do ensino policial militar do Brasil (BRITO, 1991).

Conforme o PGE, o ensino da PMGO é para educar o servidor com hábitos necessários ao desenvolvimento de suas obrigações na PM, ao estimular o espírito de corpo, amor à profissão, com disponibilidade de conhecimentos técnicos inerentes às habilidades e atividades dos PMs. Deve também aprimorar o caráter e as condições físicas do aluno, familiarizando-o com os componentes da corporação, com a liderança e a chefia. Ainda, todo o ensino é baseado nas ideologias democráticas, tendo como base a constituição, justiça e ordem. Enfim, o PFG afirma que é necessário instruir controle das emoções, bom senso, capacidade de tomar decisões, honestidade e probidade administrativa (LACERDA & MENDONÇA, 2013).

Na pedagogia básica, o ensino na PMGO deve possuir objetividade, progressividade, continuidade, flexibilidade, oportunidade, permitir iniciativas e render produtividade. Neste último, há uma preocupação em gerar rendimento com baixo custo operacional. Assim, o currículo responsável por nortear o ensino sofreu diversas alterações desde o século XX. Na década de 70, existiam 16 ordens de ensino. Em 1998, surgiram outras 8 ordens, incluindo várias áreas do direito. Nas últimas alterações (2007), a matriz foi estabelecida com o propósito de proporcionar ferramentas para que o chefe de polícia pudesse agir com autonomia e responsabilidade. Assim, ele poderia refletir e agir de forma crítica em situações que demandam complexidade (Secretaria Nacional de Segurança pública, 2007).

## CONCLUSÃO

Ao estudar a formação e a institucionalização da PMGO, nota-se que identidade da força da polícia é configurada conforme o regime político adotado pelo governo. Assim, desde sua criação, a PMGO transpareceu diferentes maneiras de agir: em alguns momentos autoritária e em outros apenas cumpria a obrigação constitucional de manter a ordem pública.

Desde sua criação e estabelecimento em Goiânia, a PMGO passou por diferentes transformações no âmbito educacional. Sua evolução pedagógica revelou que as instruções deixaram uma metodologia voltada para o exército para uma educação focada na realidade da sociedade civil, preservando os direitos da população.

Assim sendo, este estudo revelou que houve alternâncias das grades curriculares da PMGO durante os últimos 50 anos com o objetivo de adequar a polícia militar à realidade na qual ela precisa agir. Assim, a instituição está sempre buscando a transformação e evolução para que possa formar profissionais mais capacitados, os quais agirão na defesa dos direitos e interesses humanos. Este estudo, portanto, poderá contribuir com o entendimento da educação policial ao longo dos anos, uma vez que há poucos estudos e análises sobre essa temática.

## REFERÊNCIAS

BRITO, J. C. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica.** Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás), Goiânia: 1991.

CARDOSO, T. C. e AMARAL, W. N. Para ser professor é indispensável ter conhecimentos pedagógicos e técnicas didáticas. **Revista brasileira Militar de Ciências**, v. 2, n. 5, p. 8-10, 2017.

DAHER, T. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil.** Goiana: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003. 1º ed.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Base de informações por setor Censitário*. Relação dos quinze bairros mais populosos do município por Censo Demográfico – Goiânia. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2016.

LACERDA, E. C. B. e MENDONÇA, S. **Fatores motivacionais na polícia militar de Goiás: desafios e perspectivas**. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública), Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiânia, 2013.

OLIVEIRA, A. **A Reprodução do Espaço Urbano de Goiânia: uma cidade para o capital**. Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro, v. 31, p. 01-25, 2004.

PEREIRA, E. G. **O ensino na academia da polícia militar em Goiás: matrizes curriculares - mudanças e permanências**. 2013. 244 f. Dissertação (Mestrado em História Cultura e Poder), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

RORIZ, R. G. e SILVA, G. V. **Uso do planejamento como ferramenta de planejamento operacional da PMGO**. 2013. 70 f. Monografia (Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública), Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 2013.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional pra formação em Segurança Pública**. Brasília, 2007.

SILVA, A. J. **Praça do Velho: um estudo sobre socialização policial militar**. Goiânia: UFG, 2002.

SOUZA, B. D. **O ensino e a formação de oficiais na academia de polícia militar do Estado de Goiás**. 2003. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

SOUZA, C. **O Anhanguera**. Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino. Instrução e Pesquisa – Ano I, n. 1, Goiânia, 1999.

VIEIRA, P. **Attilio Correa Lima e o planejamento de Goiânia – um marco moderno na conquista do sertão brasileiro**. Revista Urbana, Ciec/Unicamp, v. 4, nº 4, mar. 2011 - Dossiê: Os eruditos e a cidade [DOSSIÊ].